



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

MENSAGEM Nº 011/95

Cordeirópolis, 19 de outubro de 1995.

Senhor Presidente. Nobres Vereadores.



O Governo Federal acaba de editar a Medida Provisória nº 1.138, de 28 de setembro de 1995, adotando normas complementares ao plano de estabilização econômica - Plano Real, trazendo alguns dispositivos que refletem diretamente nas administrações municipais, entre os quais o artigo 7º, que extingue a partir de 1º de janeiro de 1996 as Unidades Fiscais dos Municípios, abrindo a possibilidade de utilização da UFIR, em substituição das referidas unidades fiscais, nas mesmas condições e periodicidade adctada pela União.

Desta forma, dando cumprimento às normas editadas pela referida Medida Provisória, temos a honra de encaminhar a V. Excia., para a apreciação e deliberação dos nobres Edís, o incluso Projeto de Lei nº 011, desta data, que altera dispositivos da Lei nº 1697, de 20/11/91, que dá nova redação a seção II, do capítulo XII da Lei Municipal nº 920, de 20 de dezembro de 1973 (CTM), no que concerne a aplicação de multas, substituindo os percentuais sobre a UFMC- Unidade Fiscal do Município de Cordeirópolis, por quantidade de UFIR - Unidade Fiscal de Referência.

Nada mais para o momento e finalizando, solicito que o presente Projeto de Lei Complementar, trâmite em regime de urgência nos termos do artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, de 05 de abril de 1990.

Na expectativa de contar com a indispensável aprovação de Vossa Excelência e dos ínclitos Vereadores, renovamos nesta oportunidade, os nossos protestos de estima e respeito.

Cordiais Saudações


JOSE GERALDO BOTION
-Prefeito Municipal-

À

Sua Excelência o Sr.

DR. JOSÉ ANTONIO BARBOSA

DD. Presidente da Câmara Municipal de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1697, DE 20/11/91, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO A SEÇÃO II, DO CAPÍTULO XII DA LEI MUNICIPAL Nº 920, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1973 (C.T.M.).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, em sessão de __/__/__, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar,

Artigo 1º - A seção II do capítulo XII da Lei Municipal nº 920, da 20/12/73 (Código Tributário Municipal), passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II DAS MULTAS

Artigo 72 - As multas serão aplicadas gradualmente.

Parágrafo Único - Na aplicação da multa, e para graduá-la ter-se-á em vista:

- a) a maior ou menor gravidade da infração;
- b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código e regulamentos municipais.

Artigo 73 - É passível de multa de 10,00 (dez) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência), o contribuinte ou responsável que:

I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;

II - Deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

III - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas à tributação municipal, com omissões aos bens e atividades.

IV - Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que causem modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

V - Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou bases de cálculo dos tributos municipais;

VI - Deixar de remeter à Prefeitura, sendo obrigado a fazê-lo, documentos exigidos por Lei ou regulamento fiscal; e,

VII - Negar-se a exhibir livros documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

PLC Nº 011, de 19/10/95

continuação

fls.02

Artigo 74 - É passível de multa de 12,00 (doze) UFIRs, o contribuinte ou responsável que:

- I - Inscrever-se na Prefeitura fora do prazo legal ou regulamentar;
- II - Negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interesses da fazenda Municipal;
- III - Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a ele referente.

Artigo 75 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Artigo 76 - Ressalvadas as hipóteses do artigo 90 deste Código, serão punidos com:

I - multa de importância igual no valor do tributo, nunca inferior, porém, a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que cometerem infração capaz de iludir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regulamente apurada a falta se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II - Multa de importância igual a duas vezes o valor do tributo, nunca inferior a 19,00 (dezenove) da UFIRs, aos que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - Multa de 32,00 (trinta e duas) UFIRs - Unidade Fiscal de Referência

a) aos que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) aos que instruírem pedidos de isenção ou redação do imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade,

§ 1º - A penalidade a que se refere o número III será aplicada na hipótese em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, no caso do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigação tributária;

d) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 19 de outubro de 1995.


JOSE GERALDO BOTION
-Prefeito Municipal-



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

PARECER EM CONJUNTO

COMISSÕES PERMANENTES

(FINANÇAS E ORÇAMENTO - JUSTIÇA - REDAÇÃO)

PARECER No. 001/95

P.L.C. No. 011/95 - P.M.C.
DE 19 DE OUTUBRO DE 1995

" ALTERA DISPOSITIVO DA LEI No. 1697,
DE 20/11/91, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO A SEÇÃO
II, DO CAPÍTULO XII DA LEI MUNICIPAL
No. 920, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1973
(C.T.M.)".

O Chefe do Executivo encaminha a esta Casa de Leis projeto alterando dispositivos da Lei no. 1697/91, que dispõe sobre o Código Tributário.

A proposta em tela tem o intuito de adequar as unidades de referência à Medida Provisória no. 1.138/95; medida esta que vem complementar o plano de estabilização da economia nacional, denominado "PLANO REAL".

Consideramos a medida do autor positiva, pois mostra que está atento as medidas determinadas pelo Governo Federal.

Assim, opinamos pela legalidade e constitucionalidade da proposta em tela, vez que, está em consonância com o disposto nos artigos 11, I e II c.c. 46, parágrafo 2o., I e 81, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, aos 17 de Novembro de 1995.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

À S C O M I S S Õ E S

FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE - LACIR GONÇALVES - *Lacir Gonçalves*

RELATOR - GERALDO BATISTELA - *Geraldo Batista*

MEMBRO - JOSÉ VALTER MASCARIN - *Mascarin*

JUSTIÇA

PRESIDENTE - JOSÉ OSMAR MOMETTI - *Mometti*

RELATOR - JOÃO BATISTA DE MATTOS - *João Batista de Mattos*

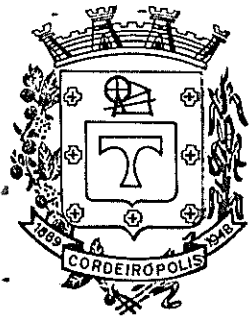
MEMBRO - MILTON ANTONIO VITTE - *Milton Antonio Vitte*

REDAÇÃO

PRESIDENTE - JOSÉ VALTER MASCARIN - *Mascarin*

RELATOR - HAROLDO DE JESUS MENEZES - *Haroldo de Jesus Menezes*

MEMBRO - ARMANDO RIVABEN - *Armando Rivaben*



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

A U T Ó G R A F O N o . 1 . 8 9 2
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995

**APROVA O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No. 011/95 - P.M.C. -
DE 19 DE OUTUBRO DE 1995**

**" ALTERA DISPOSITIVO DA LEI No. 1697,
DE 20/11/91, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO A SEÇÃO
II, DO CAPÍTULO XII DA LEI MUNICIPAL
No. 920, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1973
(C.T.M.)".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, APROVOU:

**ARTIGO 1o. - A seção II do capítulo XII da Lei Municipal
No. 920, de 20/12/73 (Código Tributário Municipal), passa a
vigorar com a seguinte redação:**

SEÇÃO II DAS MULTAS

ARTIGO 72 - As multas serão aplicadas gradualmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO - Na aplicação da multa, e para graduá-la
ter-se-á em vista:**

- a) a maior ou menor gravidade da infração;
- b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) os antecedentes do infrator com relação às disposições
dêste Código e regulamentos municipais.

**ARTIGO 73 - É passível de multa de 10,00 (dez) UFIRS
(Unidade Fiscal de Referência), o contribuinte ou responsável
que:**

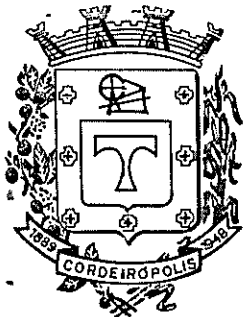
**I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito
à taxa de licença da concessão desta;**

**II - Deixar de fazer a inscrição, no Cadastro
Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos
à tributação municipal;**

**III - Apresentar ficha de inscrição cadastral,
livros, documentos ou declarações relativas aos bens e
atividades sujeitas à tributação municipal, com omissões
aos bens e atividades;**

**IV - Deixar de comunicar, dentro dos prazos pre-
vistas as alterações ou baixas que causem modificação ou
extinção de fatos anteriormente gravados;**

V - Deixar de apresentar, dentro dos respectivos



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou bases de cálculo dos tributos municipais;

VI - Deixar de remeter à Prefeitura, sendo obrigado a fazê-lo, documentos exigidos por Lei ou regulamento fiscal; e,

VII - Negar-se a exibir livros documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização.

ARTIGO 74 - É passível de multa de 12,00 (doze) UFIRs, o contribuinte ou responsável que :

I - Inscrever-se na Prefeitura fora do prazo legal ou regulamentar;

II - Negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interesses da fazenda Municipal;

III - Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a ele referente.

ARTIGO 75 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas em prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

ARTIGO 76 - Ressalvadas as hipóteses do artigo 90 deste Código, serão punidos com:

I - Multa de importância igual no valor do tributo, nunca inferior, porém, a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que cometerem infração capaz de iludir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II - Multa de importância igual a duas vezes o valor do tributo, nunca inferior a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

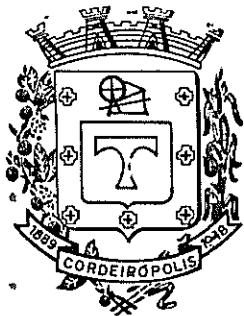
III - Multa de 32,00 (trinta e duas) UFIRs Unidade Fiscal de Referência.

a) aos que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) aos que instruírem pedidos de isenção ou redução do imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade,

PARÁGRAFO 1o. - A penalidade a que se refere o número III será aplicada na hipótese em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

PARÁGRAFO 2o. - Considera-se consumada a fraude fiscal, no caso do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Dr. Cássio de Freitas Levy

PARÁGRAFO 3o. - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas;

a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

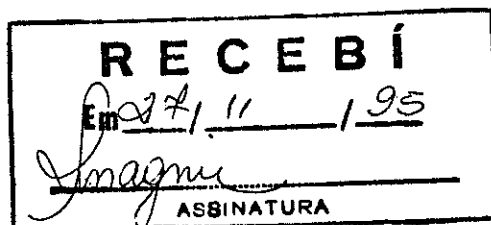
c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigação tributária;

d) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

ARTIGO 2o. - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a contar de 1o. de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 22 de Novembro de 1995.


JOSÉ ANTONIO BARBOSA
- Presidente -





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

LEI COMPLEMENTAR Nº 040 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1697, DE
20/11/91, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO A SEÇÃO
II, DO CAPÍTULO XII DA LEI MUNICIPAL Nº
920, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1973 (C.T.M.).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, em sessão de 21/11/95, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar,

Artigo 1º - A seção II do capítulo XII da Lei Municipal nº 920, da 20/12/73 (Código Tributário Municipal), passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II DAS MULTAS

Artigo 72 - As multas serão aplicadas gradualmente.

Parágrafo Único - Na aplicação da multa, e para gradua-la ter-se-á em vista:

- a) a maior ou menor gravidade da infração;
- b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- c) os antecedentes do infrator com relação às disposições deste Código e regulamentos municipais.

Artigo 73 - É passível de multa de 10,00 (dez) UFIRs (Unidade Fiscal de Referência), o contribuinte ou responsável que:

- I - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença da concessão desta;
- II - Deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;
- III - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas à tributação municipal, com omissões aos bens e atividades.
- IV - Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que causem modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
- V - Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou bases de cálculo dos tributos municipais;
- VI - Deixar de remeter à Prefeitura, sendo obrigado a fazê-lo, documentos exigidos por Lei ou regulamento fiscal; e,
- VII - Negar-se a exibir livros documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização.

continua.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

LC Nº 040, de 22/11/95

continuação

fls.02

Artigo 74 - É passível de multa de 12,00 (doze) UFIRs, o contribuinte ou responsável que:

- I - Inscrever-se na Prefeitura fora do prazo legal ou regulamentar;
- II - Negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interesses da fazenda Municipal;
- III - Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento a ele referente.

Artigo 75 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas em prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Artigo 76 - Ressalvadas as hipóteses do artigo 90 deste Código, serão punidos com:

I - multa de importância igual no valor do tributo, nunca inferior, porém, a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que cometerem infração capaz de iludir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II - Multa de importância igual a duas vezes o valor do tributo, nunca inferior a 19,00 (dezenove) UFIRs, aos que sonegarem, por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - Multa de 32,00 (trinta e duas) UFIRs - Unidade Fiscal de Referência:

a) aos que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) aos que instruírem pedidos de isenção ou redação do imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade,

§ 1º - A penalidade a que se refere o número III será aplicada na hipótese em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, no caso do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigação tributária;

d) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

LC Nº 040 DE 22/11/95

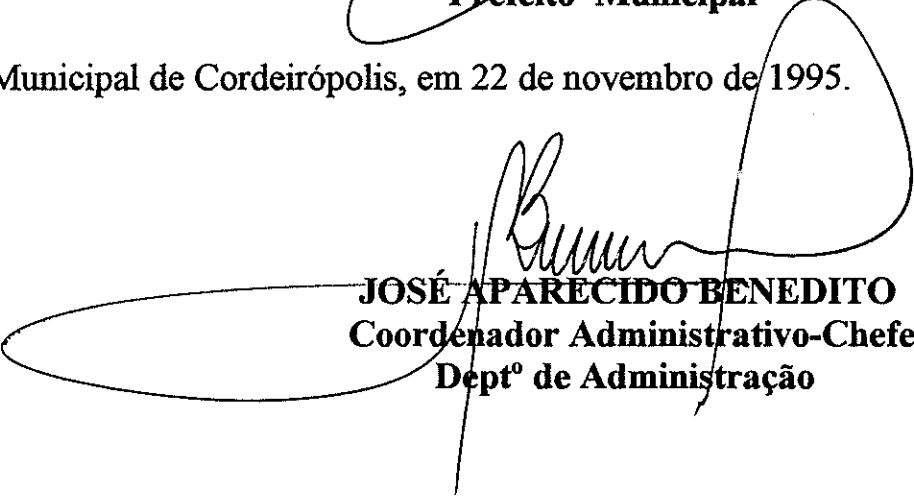
continuação

fls.03

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 22 de novembro de 1995.


JOSÉ GERALDO BOTION
-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 22 de novembro de 1995.


JOSÉ APARECIDO BENEDITO
Coordenador Administrativo-Chefe
Deptº de Administração